

Estudos de gênero e as mulheres operárias: considerações de historiografia econômica

Gender studies and female workers: considerations of economic historiography

*Perla Daniele Costa Carreiro¹
Luiz Eduardo Simões de Souza²*

RESUMO

O texto aborda a importância dos estudos de gênero na análise econômica, destacando a economia feminista como uma abordagem questionadora das desigualdades de gênero presentes na sociedade. Ele discute como as mulheres enfrentam discriminações no mercado de trabalho, revelando barreiras como diferenças salariais e segregação ocupacional. Além disso, explora a interseccionalidade das desigualdades de gênero, considerando diferentes contextos sociais e econômicos. Aponta-se como historiografia econômica de gênero examina a participação feminina no mercado de trabalho ao longo da história, abordando temas como a dupla jornada de trabalho e o impacto da tecnologia. Destaca-se a luta das mulheres por igualdade salarial e direitos trabalhistas, a partir de um apanhado prévio de historiografia remota e recente sobre o tema. O intento dessas considerações é o de ressaltar a importância de resgate e valorização da história das mulheres para promover uma narrativa mais inclusiva e igualitária.

Palavras-chave: Economia Feminista; Desigualdades de Gênero; Estudos de Gênero; História Econômica de Gênero; Interseccionalidade.

ABSTRACT

The text addresses the importance of gender studies in economic analysis, highlighting feminist economics as an approach that questions gender inequalities in society. It discusses how women face discrimination in the labor market, revealing barriers such as wage gaps and occupational segregation. Additionally, it explores the intersectionality of gender inequalities, considering different social and economic contexts. The economic gender historiography examines women's participation in the labor market throughout history, addressing topics like the double burden of work and the impact of technology. It emphasizes women's struggle for equal pay and labor rights, drawing from a comprehensive review of historical and recent historiography on the subject. The purpose of these considerations is to underscore the significance of rescuing and valuing women's history to promote a more inclusive and egalitarian narrative.

Keywords: Feminist Economics; Gender Inequalities; Gender Studies; Gender Economic History; Intersectionality.

¹ Mestranda pelo PPGDSE - UFMA, Economista pela UFMA. E-mail: perla.daniele@discente.ufma.br.

² Professor Associado da UFMA. Doutor em História Econômica pela USP. E-mail: luiz.souza@ufma.br.

1. Introdução

Os estudos de gênero têm desempenhado um papel crucial na análise econômica, buscando compreender as desigualdades de gênero que persistem nas sociedades contemporâneas. Essa linha de pesquisa se concentra na investigação das disparidades econômicas entre homens e mulheres, identificando os fatores sociais, culturais e estruturais que contribuem para a construção dessas desigualdades. Nesse sentido, o que torna a economia feminista uma novidade no pensamento econômico, nos termos de Marilane Teixeira Oliveira (2018, p. 140)

é o persistente questionamento da dimensão básica de gênero, seja por meio de fenômenos particulares ou de implicações de gênero a partir de decisões de caráter macroeconômico, dimensão esta esquecida ou ignorada pelas demais escolas de pensamento econômico.

Uma das principais contribuições dos estudos de gênero em economia é a apresentação de evidência empírica robusta de que as mulheres enfrentam discriminações e obstáculos no mercado de trabalho. Essas barreiras podem se manifestar de várias formas, como diferenças salariais, segregação ocupacional e falta de acesso a oportunidades de carreira e promoção, por exemplo.

Além disso, os estudos de gênero têm revelado como as desigualdades de gênero afetam a alocação de recursos dentro das famílias e as dinâmicas econômicas mais amplas. As relações de poder desiguais entre homens e mulheres influenciam as decisões econômicas tomadas em nível doméstico, incluindo a divisão do trabalho, a participação no mercado de trabalho remunerado e as decisões de investimento em capital humano.

A história econômica, pelo estudo do desenvolvimento, pode identificar essa questão diretamente a partir das transformações nas relações sociais produtivas do ponto de vista do gênero, apontando fenômenos através dos quais é possível estudar sua dinâmica. Conforme Thaís de Souza Lapa (2018, p. 260):

Uma dimensão talvez menos aprofundada na literatura geral sobre a reconfiguração da divisão sexual do trabalho sob a globalização neoliberal é a dos trabalhos realizados não pelas mulheres que migram para os países centrais, mas daquelas que permanecem nos países periféricos e que são integradas às redes econômicas globais por decorrência dos processos de externalização da produção dos países centrais rumo aos periféricos.

1. Introdução

Essa reflexão evidencia a necessidade de considerar a interseccionalidade das desigualdades de gênero, levando em conta diferentes contextos sociais, econômicos e culturais. A economia feminista, ao abordar essas questões, amplia a compreensão das complexidades envolvidas nas relações de gênero na economia, contribuindo para uma análise mais abrangente e crítica da divisão do trabalho, das desigualdades econômicas e das políticas públicas necessárias para promover a igualdade de gênero em todas as suas dimensões. Nesse sentido, sob o escopo da história econômica, ela desempenha um papel crucial na análise das relações entre gênero e economia, destacando a importância de reconhecer e valorizar a história das mulheres trabalhadoras, suas lutas por direitos e igualdade, e a necessidade de adotar abordagens críticas e interseccionais. As interseccionalidades são fundamentais para a compreensão das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, pois consideram a interação complexa entre diferentes formas de discriminação e opressão, como gênero, raça, classe social e sexualidade. Ao analisar as interseccionalidades, é possível reconhecer como esses diversos fatores se entrelaçam e se manifestam nas experiências das mulheres trabalhadoras, influenciando suas oportunidades, acesso a recursos e tratamento no ambiente laboral. Este é o propósito dessas considerações.

2. Historiografia econômica de gênero sobre mulheres operárias: uma revisão

A historiografia econômica de gênero desempenha um papel fundamental na compreensão de várias questões nas ciências sociais aplicadas, abrangendo desde a desigualdade até a distribuição do produto social. Não se trata apenas de um "nicho" ou de uma peculiaridade dentro de uma área mais ampla, mas sim de uma fonte empírica para a verificação de hipóteses teóricas no âmbito mais amplo das ciências sociais. O estudo da história econômica a partir da perspectiva da divisão sexual das relações produtivas concentra-se nas interações entre gênero e economia ao longo do tempo, abordando temas como a participação feminina no mercado de trabalho, as desigualdades nas relações produtivas, as lutas das mulheres trabalhadoras por direitos e igualdade de gênero, bem como as interseccionalidades entre gênero, raça, classe e sexualidade.

Ao longo da história, a inserção das mulheres no mercado de trabalho tem sido marcada por condições precárias e salários baixos. No entanto, ao longo do tempo, ocorreram avanços

decorrentes tanto das lutas das próprias mulheres quanto das mudanças nas leis trabalhistas e na cultura empresarial. Ainda assim, persistem desigualdades de gênero no mundo do trabalho que requerem atenção contínua. Um aspecto relevante abordado nesse campo de estudo é a questão da dupla jornada de trabalho feminina, na qual as mulheres enfrentam a responsabilidade tanto das ocupações remuneradas quanto das tarefas domésticas e dos cuidados familiares. Essa sobrecarga de trabalho pode ter impactos negativos na saúde e no bem-estar das mulheres, afetando sua participação no mercado de trabalho e em outras esferas da vida social.

Trata-se de um campo em constante desenvolvimento, que busca compreender e combater as desigualdades de gênero presentes no mundo do trabalho. Isso implica em uma ampla gama de questões essenciais para compreender a dinâmica das relações entre o trabalho das mulheres e a economia. Dentre elas, destacam-se a relação entre o trabalho feminino e a economia doméstica, a segregação ocupacional de gênero, o impacto da tecnologia no trabalho das mulheres e a luta por igualdade salarial e direitos trabalhistas.

Isso envolve investigar como as mulheres têm contribuído historicamente para a produção econômica em suas próprias residências, seja através de atividades agrícolas, artesanato ou outras formas de trabalho informal. Compreender essa relação é fundamental para entender a dinâmica da economia familiar e seu impacto na vida das mulheres.

Outra questão relevante é a segregação ocupacional de gênero, que se refere à divisão desigual de empregos entre homens e mulheres. A historiografia econômica de gênero investiga como essa segregação se desenvolveu ao longo do tempo, analisando os fatores sociais, culturais e econômicos que contribuíram para a concentração de mulheres em determinadas ocupações e sua exclusão de outras áreas de trabalho. Essa análise ajuda a compreender as desigualdades de gênero no mercado de trabalho e as barreiras enfrentadas pelas mulheres para acessar determinadas profissões.

Além disso, a historiografia econômica de gênero examina o impacto da tecnologia no trabalho feminino ao longo da história. Isso envolve investigar como as inovações tecnológicas afetaram a natureza e as condições do trabalho das mulheres, tanto no setor produtivo quanto no reprodutivo. Compreender como a tecnologia moldou as oportunidades e as restrições enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho é fundamental para uma análise abrangente da história econômica de gênero.

Assim, a luta das mulheres por igualdade salarial e direitos trabalhistas é um tema central na historiografia econômica de gênero. Através do estudo das mobilizações coletivas, das legislações trabalhistas e das mudanças culturais, é possível analisar as conquistas e os desafios enfrentados pelas mulheres na busca por remuneração justa e igualdade de direitos no trabalho. Por ela, é abordada uma ampla gama de questões, examinando a relação entre o trabalho das mulheres e a economia doméstica, a segregação ocupacional de gênero, o impacto da tecnologia no trabalho feminino e a luta por igualdade salarial e direitos trabalhistas. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das experiências das mulheres no contexto econômico e social.

Faz-se necessário jogar a rede mais para longe. Friedrich Engels, com *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, publicado em 1845, foi um dos primeiros autores a analisar o trabalho feminino em fábricas, destacando as condições insalubres a que as mulheres eram submetidas e a exploração a que eram submetidas pelos empregadores, com o surgimento do materialismo histórico, passou a ser reconhecida a importância de compreender as raízes históricas da opressão feminina como elementos cruciais de análise. Em *A Ideologia Alemã*, obra de 1846, escrita em conjunto com Karl Marx, Engels aborda essa concepção ao afirmar que "a primeira divisão do trabalho é aquela existente entre o homem e a mulher para a procriação". No entanto, foi em *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado* (1884) que Engels aprofundou-se ainda mais no tema e realizou uma análise sobre a relação entre o surgimento da primeira forma de propriedade privada e a subordinação da mulher (ENGELS, 2019, p.54-55).

A primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos [...] O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura te nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada [...].

A contribuição de Engels para o entendimento da posição das mulheres na sociedade e na história é fundamental para uma perspectiva marxista e feminista. Ele identificou a interconexão entre transformações estruturais nas relações de parentesco e na divisão do trabalho, destacando

seu impacto na posição das mulheres na sociedade. Além disso, Engels explorou a relação intrínseca entre a instituição da propriedade privada, o casamento monogâmico e a prostituição, evidenciando como essas instituições reforçam a opressão das mulheres.

Ao analisar a dominação política e econômica exercida pelos homens, Engels também demonstrou sua estreita ligação com o controle sobre a sexualidade feminina. Ele reconheceu que a formação dos estados arcaicos resultou em uma "grande derrota histórica do sexo feminino", baseada na dominação das elites proprietárias, fornecendo uma perspectiva histórica para esse evento.

É importante salientar, no entanto, que Engels não conseguiu fornecer evidências concretas para sustentar todas as suas afirmações. Portanto, é essencial explorar e analisar criticamente suas contribuições dentro do contexto do debate contemporâneo em estudos de Gênero, reconhecendo as limitações e avanços subsequentes na compreensão da posição das mulheres na sociedade e na história. No livro de Gerda Lerner, *A criação do patriarcado*, publicado em 1986, faz algumas referências sobre a importância da visão de Engels sobre o assunto (LERNER, 2019, p.45):

(...) a causa da "escravização" das mulheres foi o desenvolvimento da propriedade privada e das instituições que dela evoluíram, então, a lógica diz que a abolição da propriedade privada libertaria as mulheres. (...) seu grande mérito foi chamar atenção para o impacto de forças sociais e culturais na estruturação e definição das relações entre os sexos (...).

Desde então, muitos outros estudos foram realizados sobre o tema, criando-se uma consciência de que a historiografia tradicional havia relegado às mulheres lugares secundários, perpetuando a concepção de um espaço público predominantemente masculino. Na análise das exclusões e discriminações históricas, é importante reconhecer que tanto homens quanto mulheres enfrentaram formas de exclusão e discriminação com base em sua classe social. No entanto, é crucial ressaltar que, ao longo da história, nenhum homem foi excluído dos registros históricos devido ao seu sexo, enquanto todas as mulheres foram. Essa diferenciação de gênero na exclusão do registro histórico é um aspecto significativo a ser considerado (LERNER, 2019). Essa exclusão assume o caráter da própria materialidade, como exemplifica Silvia Federici (2019, p. 146):

(,,) a separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam tão despossuídas como os homens, mas que, diferentemente deles, quase não tinham acesso aos salários. Em uma

sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras.

Além disso, a falta ou escassez de registros de informações sobre as mulheres resultou na criação de estereótipos estigmatizantes (PERROT, 2005), refletindo o sexismo baseado em uma estrutura patriarcal ao longo da história. Essas representações negativas e práticas discriminatórias se estendiam ao ambiente de trabalho das mulheres. Historiadores predominantemente do sexo masculino, até períodos recentes, limitaram-se a registrar as realizações e experiências masculinas, considerando-as como a história universal. As contribuições das mulheres, tanto em termos de suas realizações quanto de suas interpretações, foram negligenciadas e deixadas sem registro. Esse viés histórico resultou em uma visão que considerava as mulheres irrelevantes para o desenvolvimento da civilização. No entanto, avanços mais recentes na historiografia têm buscado corrigir essa lacuna, reconhecendo a importância das mulheres na narrativa histórica (LERNER, 2019).

Rachel Soihet (1989, p.15) destaca que as mulheres foram historicamente destinadas à esfera privada, o que resultou em sua ausência nas atividades consideradas relevantes para o registro e conhecimento das gerações futuras. Essa divisão de papéis e atribuições baseada no gênero resultou em uma marginalização das experiências, contribuições e vozes das mulheres na história. Silvia Federici (2019, p. 140) aponta a base material histórica no desenvolvimento dessa alienação do trabalho feminino sob o capitalismo, desde suas origens:

A indústria artesanal foi resultado da extensão da indústria rural no feudo, reorganizada por negociantes capitalistas com a finalidade de aproveitar a grande reserva de trabalho liberada pelos cercamentos. Com esta manobra, os negociantes tentaram alterar os altos salários e o poder das guildas urbanas. Foi assim que nasceu o “sistema doméstico” — um sistema pelo qual os capitalistas distribuíam entre as famílias rurais lã ou algodão para fiar ou tecer, e frequentemente também os instrumentos de trabalho, e depois recolhiam o produto pronto. A importância do sistema doméstico e da indústria artesanal para o desenvolvimento da indústria britânica pode ser deduzida do fato de que a totalidade da indústria têxtil, o setor mais importante na primeira fase do desenvolvimento capitalista, foi organizada dessa maneira. A indústria artesanal apresentava duas vantagens fundamentais para os empregadores: evitava o perigo das “associações” e barateava o custo de trabalho, já que sua organização no lar fornecia aos trabalhadores serviços domésticos gratuitos e a

cooperação de seus filhos e esposas, que eram tratadas como ajudantes e recebiam baixos salários como “auxiliares”.

Essa análise ressalta as dinâmicas de poder e exploração presentes no contexto histórico da indústria artesanal. Através da reorganização do trabalho no sistema doméstico, os empregadores buscavam controlar os custos de produção e enfraquecer o poder das associações de trabalhadores. Essa estrutura favorecia a obtenção de lucros para os capitalistas, mas às custas de condições precárias de trabalho e baixos salários para os trabalhadores e suas famílias. Junto a essa base material há o apagamento das mulheres da narrativa histórica.

É essencial, assim, reconhecer o crescente movimento de resgate e valorização da história das mulheres. Esforços têm sido feitos para ampliar a perspectiva histórica, trazendo à tona as vozes e experiências das mulheres que foram historicamente silenciadas. Através de pesquisas, estudos e iniciativas de preservação da memória, busca-se preencher as lacunas e resgatar a importância das mulheres nas diversas esferas da sociedade. Essa reavaliação histórica é fundamental para a construção de uma narrativa mais inclusiva, que reconheça a contribuição das mulheres e promova a igualdade de gênero. Ao dar visibilidade às histórias das mulheres, estamos não apenas corrigindo uma injustiça histórica, mas também enriquecendo nossa compreensão coletiva do passado e promovendo uma sociedade mais igualitária no presente e no futuro.

Eric Hobsbawm (2000c, p. 45) destaca que a indústria têxtil, especialmente na produção de algodão, foi a primeira a se industrializar e a se beneficiar do comércio marítimo atlântico, importando matéria-prima de regiões "tropicais ou subtropicais". A demanda por mão de obra na indústria têxtil inglesa resultou na contratação de mulheres e crianças devido à disponibilidade de mão de obra barata.

Essas trabalhadoras complementavam a renda familiar ao se submeterem ao trabalho industrial. De acordo com Hobsbawm (2000c, p. 64), a relutância do homem inglês em se submeter à "disciplina da mecanização" também contribuiu para a inserção da mão de obra feminina na indústria. Além disso, as mulheres eram frequentemente submetidas a salários mais baixos do que os homens, mesmo quando desempenham as mesmas funções. Os dados estatísticos mencionados por E. P. Thompson (1987, p. 170) e Hobsbawm (2000c) reforçam a exploração sistemática da mão de obra feminina na indústria têxtil inglesa. De acordo com Hobsbawm (2000c), em 1838, cerca de 77% dos trabalhadores empregados nas fábricas de

tecidos eram mulheres e crianças, enquanto apenas 23% eram homens. Essas mulheres e crianças eram submetidas a condições precárias de trabalho, realizando tarefas braçais e repetitivas, em troca de salários miseráveis. A mecanização do processo produtivo não resultou em melhoria das condições de vida e trabalho das trabalhadoras, mas sim em sua exploração intensificada. A rápida mecanização e o uso intensivo da mão de obra feminina permitiram uma transferência significativa de renda do trabalho para o capital, resultando em uma lucratividade considerável para os empresários. Durante o período de 1820 a 1845, o produto líquido industrial cresceu cerca de 40% em valor corrente, enquanto a folha de pagamento aumentou apenas 5%, evidenciando a desvalorização monetária da mão de obra feminina na indústria têxtil inglesa. Isso demonstra como a exploração da mão de obra feminina foi crucial para o processo de acumulação primitiva do capital, que permitiu a concentração de riqueza nas mãos dos empresários, em detrimento da classe trabalhadora. Segundo Hobsbawm (2000c, p. 65):

[...] é quase certo que a fabricação do algodão contribuía mais para a acumulação de capital que outras, ao menos porque a rápida mecanização e uso generalizado de mão-de-obra barata (de mulheres e adolescentes) permitia uma elevada transferência dos rendimentos do trabalho para o capital. De 1820 a 1845, o produto líquido industrial cresceu cerca de 40% (em valor corrente) e sua folha de pagamento em apenas 5%.

Entre os anos de 1831 e 1891, a proporção crescente de mulheres na força de trabalho industrial na Inglaterra indica um aumento na participação feminina na produção econômica. Essa mudança pode ser interpretada como resultado de uma maior demanda por trabalhadores não qualificados, uma vez que as mulheres eram tradicionalmente associadas a ocupações de menor habilidade, apesar dessa mudança, os homens qualificados mantinham uma posição mais proeminente e dominante na indústria. Isso sugere que, embora as mulheres tenham ingressado no mercado de trabalho industrial, suas oportunidades de avanço e influência eram limitadas em comparação com os homens qualificados e queda na proporção de fiandeiros do sexo masculino na indústria do algodão ao longo do tempo, indicando uma diminuição na presença masculina nessa ocupação específica. Enquanto isso, a proporção de mulheres e moças adolescentes aumentou, o que pode ser atribuído à preferência por mão-de-obra feminina para tarefas relacionadas ao processamento do algodão (Hobsbawm, 2000a).

Em seu trabalho sobre a história do operariado, Hobsbawm descreve (2000a, p.330):

com relação à proporção crescente de mulheres (um índice da proporção crescente da mão-de-obra não-habilitada) nas várias indústrias. Embora

isto criasse a possibilidade de um proletariado feminino organizado, que não foi largamente utilizado antes da década de 1880, e então apenas no algodão, tendia a deixar os homens habilitados mais obviamente proeminentes e dominantes, Assim a porcentagem de fiandeiros do sexo masculino na força de trabalho total da fábrica de algodão caiu de 15% em 1835 para 5% em 1886," enquanto a proporção de mulheres e moças adolescentes subiu de 48,1%, em 1835 para 60,6% em 1907, com uma média de cerca de 55 em nossas décadas.

Na França, a industrialização ocorreu simultaneamente à pequena e média propriedade rural, e a presença feminina nas fábricas foi documentada desde o início do processo de industrialização no país. Segundo Perrot (2005), em 1866, as mulheres representavam 30% da força de trabalho empregada, e em 1906, esse número aumentou para 37,7%. De acordo com a autora, a entrada das mulheres no mercado de trabalho nesse período foi impulsionada pela estagnação populacional, o que resultou em uma demanda por mão de obra feminina. No final do século XIX, em 1896, as mulheres já eram maioria na indústria têxtil, correspondendo a 51% do total de trabalhadores. Conforme Sohn (2018), em 1906, considerando todos os setores industriais, o número de operárias era de aproximadamente um milhão. O número elevado de mulheres empregadas como operárias nas fábricas na França e na Inglaterra ocorreu devido aos baixos salários dos homens, que eram insuficientes para garantir as necessidades básicas da família. Isso levou as mulheres a saírem de casa para trabalhar, a fim de complementar a renda e garantir a subsistência da família.

Esse fenômeno também chegou, com a devida proporção, à periferia, à América Latina e ao Brasil. Os estudos sobre o operariado feminino começaram a adquirir volume e relevância a partir da década de 1970, quando as pesquisas sobre as mulheres trabalhadoras se intensificaram e passaram a focar as diversas formas de inserção feminina no mercado de trabalho. Com base em autoras latino-americanas que tratam de gênero, é possível citar nomes como Marta Lamas e Carmen Escandón. Ambas são importantes pesquisadoras que contribuíram para o avanço dos estudos feministas no México, tornando-se influentes na América Latina. Lamas é reconhecida por sua pesquisa pioneira na teoria de gênero, enquanto Escandón tem como principal interesse de pesquisa a história das mulheres na América Latina. Suas obras (ESCANDÓN, 1981 e 1996; e LAMAS, 1998, 1999 e 2018) são referências importantes para quem busca entender as desigualdades de gênero na região e a luta por direitos iguais para mulheres.

A obra de Eva Blay e Lúcia Avelar, *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile* (2019) explora e analisa o movimento feminista nas três nações sul-americanas ao longo dos últimos 50 anos, reunindo, através das visões de estudiosas sobre as questões sociais, históricas e demográficas da região, uma visão abrangente da luta feminista e das conquistas alcançadas pelas mulheres nesses países. O livro examina predominantemente as transformações sociais, políticas e culturais que ocorreram nas últimas cinco décadas e seu impacto no movimento feminista, mas também lança sua rede mais longe na história. Aborda uma ampla gama de temas, incluindo igualdade de gênero, direitos reprodutivos, violência contra as mulheres, participação política e representação feminina. Por meio de análises e reflexões críticas, o livro também destaca as diversidades e complexidades do feminismo em cada país, levando em consideração as diferenças históricas, culturais e políticas que moldaram os movimentos feministas em cada contexto. *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile* oferece uma contribuição valiosa para o estudo do feminismo na América Latina, fornecendo uma compreensão mais profunda das lutas, desafios e avanços das mulheres nesses três países ao longo do tempo.

Um exemplo de produção consistente na historiografia econômica e social de gênero na América Latina é dado por Dora Barrancos. Barrancos apresenta sua visão sobre essa luta na Argentina, durante a década de 1910, quando ocorreram diversas manifestações e paralisações protagonizadas por mulheres em diferentes setores industriais. Essas mobilizações evidenciaram a participação ativa das mulheres trabalhadoras e sua luta por melhores condições de trabalho e direitos laborais (BARRANCOS, 2007). O movimento feminista é intrínseco ao contexto histórico da Argentina "moderna", no final do século XIX e início do século XX. Nessa sociedade, as mulheres tinham papéis além das responsabilidades tradicionais de cuidar da família e servir aos maridos, manifestaram opiniões e influência na vida política. No entanto, apesar de suas contribuições, elas não foram devidamente reconhecidas e permaneceram distantes dos direitos de cidadania (BARRANCOS, 2007). O atraso da indústria têxtil estava relacionado às características que seu desenvolvimento havia assumido desde 1870. O crescimento do setor havia começado cedo graças à alta proteção concedida à confecção e à malharia. Constatou-se que entre 1870 e 1890 houve forte substituição de importações, estimulada pela chegada de mão-de-obra qualificada e acompanhada de mudanças significativas na organização da produção e inovações técnicas relacionadas à introdução da máquina de costura. Em 1914, a indústria de vestuário estava firmemente estabelecida: eram 7.081

estabelecimentos com investimento superior a 100 milhões de pesos e 58.000 trabalhadores empregados.

Essa massa de trabalhadoras da indústria têxtil desenvolveria uma propensão para atividades sindicais e ações dentro da *Asociación Obrera Têxtil*. Outras atividades relacionadas ao setor têxtil foram as diversas fontes de confecção, que registraram um crescimento exponencial na contratação de mulheres no período. Durante as décadas de 1930 e 1940, o negócio de fabricação de vestuários expandiu-se consideravelmente, possivelmente aumentando em cerca de 60% até o final da década de 1940. Uma proporção significativa dessa produção era realizada por mulheres. De fato, a confecção, em suas várias manifestações, absorveu mais da metade da força de trabalho feminina (BARRANCOS, 2007).

Durante o Peronismo (1940 - 1970), a industrialização atraiu um número considerável de trabalhadores de ambos os sexos para o setor industrial, que adotou medidas para promover uma integração nas esferas fabril, familiar e comunitária. Havia uma clara preferência para que mulheres casadas se dedicassem ao âmbito doméstico. Nesse contexto, é notável a maior predisposição das trabalhadoras da indústria têxtil para se engajarem sindicalmente dentro da *Asociación Obrera Têxtil*, na qual estavam representadas militantes do Partido Comunista, como Dora Genkin e Antonia Banegas, que se destacaram por suas reivindicações e sua perseverança em melhorar as condições de vida das trabalhadoras. Outros segmentos relacionados às atividades de fiação experimentaram um crescimento exponencial no recrutamento de mão de obra feminina. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, as empresas dirigidas para a fabricação de diversos tipos de vestuário expandiram-se significativamente, possivelmente com um incremento em torno de 60% no final da década de 1940, e uma parcela considerável dessa produção estava sob responsabilidade das mulheres. O setor de confecção, em suas modalidades distintas, absorveu 54% da força de trabalho feminina. Estudos apontam que promover o setor era uma forma de proteção social e moral que permitia “ajudar as mulheres a sustentar suas famílias por meio do bordado” (BARRANCOS, 2007, p. 204). A indústria de confecção de roupas havia se enraizado profundamente, enquanto a situação das fiações e tecelagens permanecia diferente. Isso destaca o crescimento inicial e a consolidação da indústria de vestuário em contraste com outros setores, mostrando a importância da mão de obra qualificada e dos avanços tecnológicos para impulsionar seu desenvolvimento (BELINI, 2008). Assim, pode-se interpretar a formação do operariado feminino na Argentina a partir de particularidades que o caracterizam dentro não

apenas de relações sociais produtivas restritas a questões de formação ou idade, mas também de gênero. A herança argentina, assim, nesse campo, deriva de uma matriz ligada à relação com a posse fundiária e dos demais meios produtivos que estende sua predação à questão de gênero, em analogia às ideias sugeridas por Engels, em seus estudos seminais.

No Brasil, há semelhanças com essa situação, mas também há singularidades. Durante as últimas décadas do século XIX, determinadas regiões do sudeste do Brasil, com destaque para São Paulo, experimentaram um processo de "modernização". Através do crescimento das áreas urbanas, influxo de imigrantes e avanço da industrialização, foram desencadeadas transformações sociais profundas em um curto espaço de tempo e em ritmo acelerado, em registros históricos, é comum encontrar referências a mulheres que são responsáveis pela administração do lar e incluem outras mulheres livres e escravizadas nas economias domésticas, fabricando objetos de cerâmica, fiando e tecendo. Também não era raro que essas mulheres se ocupassem do gerenciamento de propriedades e negócios.. Essas mudanças foram impulsionadas por um novo perfil demográfico, caracterizado por Eni de Mesquita Samara e Maria Izilda Santos de Matos como um expressivo aumento populacional em seu texto *Trabalho e resistência das mulheres brasileiras (1890-1920)* (2018, p. 715):

A industrialização trouxe consigo a inserção massiva das mulheres no trabalho fabril, considerando-se o total da mão de obra empregada no setor têxtil, o sexo feminino contribuiu com mais de 60%, chegando em alguns ramos, a representar 74% do proletariado. Paralelamente ao desenvolvimento do setor industrial têxtil e juntamente com a expansão urbana, ocorreu também, nesse período, o crescimento do mercado de trabalho informal. Integradas à vida cotidiana da cidade, surgiram múltiplas estratégias de sobrevivência e comportamentos que originaram novas oportunidades e desafios, especialmente para as mulheres.

Durante o século XIX, as indústrias em São Paulo recrutaram uma proporção considerável de mulheres e crianças. Nos setores de fiação e tecelagem, fabricação de charutos, cigarros e tabaco, confecção de camisas e roupas brancas, produção de tecidos de malha, redes, fósforos, chapéus e chocolates, mais da metade da mão de obra era composta por mulheres. No entanto, a participação feminina era menor nos setores da construção civil, metalurgia, cerâmica e vidro. O emprego feminino nas fábricas caracterizava-se pela presença significativa de imigrantes, especialmente mulheres italianas, e sua concentração no setor têxtil. O recrutamento priorizava mulheres jovens ocupadas em funções repetitivas, monótonas e menos classificadas,

com níveis salariais mais baixos. Em média, o salário das mulheres corresponde a cerca de 65% do salário dos homens adultos. Essa disparidade salarial reflete as desigualdades de gênero presentes no mercado de trabalho da época (SAMARA E MATOS, 2008).

A preferência por jovens, entre 16 e 22 anos, pode ser explicada pelo fato de eles não terem muitas responsabilidades familiares. Além disso, eles desfrutaram de boas condições físicas que lhes permitiriam usar o melhor de sua agilidade e habilidades manuais durante alguns anos, além de serem mais assíduos e estáveis. Nas fábricas têxteis, ocupavam principalmente funções como passadeiras, enroladoras, urdideiras, tecelãs, costureiras, com variação ao longo do período observado. Também é observado que as atividades nas quais as mulheres iniciaram foram gradualmente menosprezadas, desvalorizadas emocionalmente e socialmente e rejeitadas pelos homens (SAMARA E MATOS, 2008).

As tarefas de baixa qualificação, que não exigiam habilidades específicas nem grande esforço físico, juntamente com atributos associados à feminilidade, como submissão, paciência, cuidado e docilidade, também foram fatores determinantes para a grande participação das mulheres na força de trabalho. A imposição da disciplina nas fábricas refletia a própria situação social em que as mulheres estavam inseridas, reproduzindo a submissão à autoridade masculina presente no ambiente doméstico. Essa dinâmica cotidiana e a idealização da subordinação, no entanto, não impediram momentos de resistência firme. Há registro que destaca a participação ativa das mulheres em lutas trabalhistas e movimentos grevistas. No entanto, essas manifestações assumem formas diversas e, em geral, não resultam de uma adesão sindical constante. Sua organização era caracterizada por ser mais espontânea, circunstancial, efêmera e vulnerável. Elas frequentemente se envolviam em movimentos pela redução da jornada de trabalho, e era comum que o movimento feminino se intensificasse nas ocasiões de redução de salários. Além disso, elas reagiam às condições de trabalho impostas a elas, como abusos físicos, reduções abruptas nos cansaços e/ou aumento da carga horária (SAMARA E MATOS, 2008).

Após o fim da Grande Guerra, houve uma apresentação da representação vivida idealizada da mulher dedicada ao trabalho doméstico. O trabalho fabril feminino passou a provocar indignação pública, muitas vezes disfarçada como preocupações morais (SAMARA E MATOS, 2008).

É importante apontar, ainda, um marco importante para a historiografia de gênero no Brasil. Este foi a publicação de "*A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*", de

Heleieth Saffioti, em 1969. Saffioti foi uma das pioneiras na análise das relações de gênero na sociedade brasileira e seu livro é considerado uma referência para os estudos de gênero no país, Um exemplo de segregação ocupacional de gênero pode ser visto nas indústrias têxteis, onde a maioria dos trabalhadores era composta por mulheres. Saffioti (2013) sugere que a alta utilização da mão de obra feminina na indústria têxtil pode ser explicada pela absorção de mulheres que antes trabalhavam de forma autônoma, como costureiras, além da associação social das mulheres com atividades relacionadas ao âmbito doméstico, como a costura, no início da industrialização, as mulheres eram consideradas mais adequadas para trabalhos manuais e minuciosos, e eram utilizadas como uma das formas de rebaixar o nível geral dos salários, muitas vezes alocadas em atividades que exigiam menor conhecimento técnico e em condições precárias de trabalho.

Em relação ao operariado feminino, as pesquisas passaram a dar mais destaque às experiências das trabalhadoras, às suas estratégias de resistência e às formas de organização que elas construíram. Entre as décadas de 1970 e 1990, a historiografia econômica de gênero passou por uma diversificação e incorporação de novos temas, incluindo a relação entre gênero e desenvolvimento, a história das mulheres trabalhadoras rurais e a análise dos movimentos feministas. Nesse contexto, figuras importantes como Rose Marie Muraro, escritora, filósofa, educadora e ativista feminista brasileira, surgiram e deixaram um legado significativo no movimento feminista brasileiro. Muraro defendeu, por meio de estudos e pesquisas, a legitimidade da igualdade comportamental entre os gêneros como parte de uma construção social razoável, e se tornou uma precursora do movimento feminista brasileiro.

3. Considerações para discussão

A historiografia econômica de gênero, consolidada desde a segunda metade do século passado, a partir dos centros do conhecimento até sua periferia, tem se concentrado cada vez mais em uma ampla gama de questões essenciais para compreender a dinâmica das relações entre o trabalho das mulheres e a economia. Dentre essas questões, destacam-se a relação entre o trabalho feminino e a economia doméstica, a segregação ocupacional de gênero, o impacto da tecnologia no trabalho das mulheres e a luta por igualdade salarial e direitos trabalhistas.

A análise da interação entre o trabalho das mulheres e a economia doméstica é fundamental para entender como as mulheres têm contribuído historicamente para a produção econômica em suas próprias residências, seja por meio de atividades agrícolas, artesanato ou

outras formas de trabalho informal. Nesse sentido, sua historicidade é objeto da história e, ao deter materialidade em relações sociais produtivas, constitui objeto de estudo da história econômica também.

Mas há mais, uma vez que a história, ao contrário da visão liberal, não pára nem tem fim³. A historiografia econômica de gênero sobre mulheres operárias assume uma importância crucial na análise das relações de classe e exploração no contexto capitalista. A divisão sexual do trabalho é vista como uma parte integrante do sistema capitalista de produção, onde as mulheres são submetidas a uma dupla opressão: como trabalhadoras exploradas e como mulheres sujeitas à opressão patriarcal. Através dessa lente, a historiografia econômica de gênero busca desvelar as contradições e desigualdades intrínsecas ao sistema capitalista, sob o ajuste de foco das relações de poder de gênero.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho é comumente analisada em termos das relações de produção capitalistas. Historicamente, as mulheres foram empurradas para ocupações de baixa remuneração e pouco valorizadas, enquanto os homens eram considerados a "força de trabalho principal". Essa segregação ocupacional de gênero é resultado de relações sociais de classe e gênero interligadas, onde o capital busca maximizar seus lucros ao explorar mão de obra feminina barata. A historiografia econômica de gênero, a se tomar pela análise material, busca elucidar as raízes dessas desigualdades e o papel desempenhado pelo sistema capitalista na perpetuação da opressão das mulheres trabalhadoras. Compreender as interseccionalidades é essencial, em última análise, para desenvolver políticas e práticas mais inclusivas e equitativas, que levem em consideração a diversidade de experiências e realidades das mulheres no mercado de trabalho. Assim, estudar a história econômica a partir das relações de gênero, sob o viés feminino desempenha um papel crucial na análise das relações entre gênero e economia, destacando a importância de reconhecer e valorizar a história das mulheres trabalhadoras, suas lutas por direitos e igualdade, e a necessidade de adotar abordagens críticas e interseccionais.

Referências

BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la Sociedad Argentina: Una Historia de Cinco Siglos*. Buenos Aires, Sudamericana, 2007.

³ A esse respeito, veja-se FUKUYAMA (1990).

BELINI, Claudio; Una época de cambios: la industria textil argentina entre dos crisis, 1914-1933; Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXXIV, n. 2, p. 31-48, dezembro de 2008.

BLAY, Eva e AVELAR, Lúcia (orgs); *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo, EDUSP, 2019.

CORREIA, Maria. *Nos Fios da Trama: quem é essa mulher? Cotidiano e Trabalho do Operariado Feminino em São Luís na virada do século XIX*. São Luís: EDUFMA, 2006.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 4a. reimpressão, 2020 (1845).

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019 (1884).

ESCANDÓN, Carmen R. Quinientos años de olvido: historiografía e historia de la mujer en México. Secuencia, nueva época, núm. 36, set. 1996 pp, 121-150.

ESCANDÓN, Carmen R. *Working Class Formation and the Mexican Textile Industry: 1880-1912*. Ph.D. diss., State University of New York at Stony Brook, 1981.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Elefante, 2019

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. São Paulo: Record, 1990.

HOBBSBAWM, E. *A Era do Capital: 1848 - 1875*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

HOBBSBAWM, E. *Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2a. edição, 2000a.

HOBBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b.

HOBBSBAWM, E. J. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000c.

LAMAS, Marta. La perspectiva de género. In Revista de Educación y Cultura de la sección, v. 47, p. 216-229, 1996.

LAMAS, Marta. *Miradas feministas sobre las mexicanas del siglo XXI*. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

LAPA, Thaís. Divisão sexual do trabalho sob a ordem neoliberal. Temáticas, Campinas, 26, (52): 247-284, ago./dez. 2018.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019 (1986).

MELO, Maria. *O Bater dos Panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960)*. São Luís: Sioge, 1990.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Florianópolis: Edusc, 2005 (1989).

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013 (1969).

SAMARA, Eni e MATOS, Maria. Manos femeninas. Trabajo y resistencia de las mujeres brasileñas (1890 - 1920). In DUBY, G. e PERROT, M. (Org.). *Historia de las mujeres. El siglo XX*. Madrid: Taurus, 2018, pp. 715 - 725.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890 - 1920*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SOHN, A. M., Los roles sexuales en Francia y en Inglaterra: una transición suave. In: DUBY, G. e PERROT, M. (Org.). *Historia de las mujeres. El siglo XX*. Madrid: Taurus, 2018, pp. 106 - 135.

THOMPSON E. P. *A formação da Classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 volumes, 1987.